

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

•
Número Especial

*Actas do II Colóquio
sobre a Investigação e o
Ensino da Antropologia
em Portugal*

Vol. 7
1989

MUSEU E LABORATÓRIO ANTROPOLÓGICO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Breves Considerações Sobre o Estado da Antropologia em Portugal

João de Pina Cabral *

Foi-me pedido que fizesse um breve apanhado sobre as condições da antropologia em Portugal hoje. A tarefa não é fácil, sobretudo por não ser possível distanciar-nos das nossas próprias posições pessoais. Assumidas com o máximo de honestidade intelectual de que fomos capazes no decurso de anos de aprendizagem e investigação, essas posições são, ao fim e ao cabo, os nossos "interesses" teóricos e metodológicos. Nenhum profissional que se preze pode pensar que não as tem. Por vezes, portanto, tomarei atitudes e exprimirei opiniões que parecerão tendenciosas ou partidárias a alguns. Espero que mo perdoem, já que, por um lado, não tenho alternativa e, por outro lado, faço-o sem qualquer devaneio de autoritarismo teórico ou metodológico.

Depois de uma breve introdução geral, esta apresentação será dividida em duas partes. Na primeira, terei em conta a conjuntura internacional da antropologia, com particular referência para o contexto europeu. Na segunda parte, exporei algumas sugestões referentes à conjuntura nacional.

I

Logo que tentamos pensar como um todo um primeiro entrave nos confronta: o grave problema da definição disciplinar. Isto é, a palavra "antropologia" como rótulo disciplinar é francamente insatisfatória. No passado, ela tem assumido significados excessivamente diversos, com o resultado de que hoje é difícil sentirmos que somos inequívocamente descritos por ela. Por exemplo, será que qualquer um de nós aqui concordará com Oliveira Martins que

A Anthropologia veiu, por fim, explicar scientificamente um facto, que desde as mais remotas edades até á nossa, affligiu, ainda afflige e affligirá sempre os bons espíritos, - a de existência de tantos homens, até no seio das mais cultas sociedades, ainda positivamente brutos ! (1881: 191)

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Não creio que haja um só antropólogo em Portugal hoje que se sinta descrito por uma frase como esta. Dir-se-ia, "mas Oliveira Martins é já o passado distante!" Demos então outro exemplo. Em 1975, Santos Júnior definia a disciplina nos seguintes termos:

O estudo da vida dos povos, que se faz pela Etnografia ou Antropologia Cultural, e, sob certos aspectos especiais, pela Antropologia Social, faz-se no agregado respectivo, que é o laboratório social, no qual as duas ciências respectivas, a Antropologia Cultural e a Antropologia Social, observam o comportamento dos homens e procuram analisar as reacções humanas para delas tirar ilacções e regras de actuação, para conveniente higiene mental dos povos e respectiva terapêutica social. (1975: 533)

Mais uma vez, julgo estar correcto ao dizer que hoje poucos de nós concordaremos com estas definições da Etnografia, da Antropologia Cultural e da Antropologia Social e das relações entre elas.

A pergunta, portanto, é premente: "Os licenciados que formamos, e que saem para o mercado com rótulos disciplinares diversos, sairão também com inserções disciplinares irreconciliáveis?" Na UNL e no ISCSP temos Antropologia e Antropologia Cultural, no ISCTE Antropologia Social. Esta variedade terminológica refletirá visões irreconciliáveis da antropologia? Ou será ela simplesmente resultante da maior influência da antropologia francesa sobre as pessoas que lançaram a licenciatura da Nova, da antropologia americana em Jorge Dias nos anos '50 e '60 (no caso do ISCSP) e da antropologia anglo-saxónica nos jovens antropólogos que, em 1982-3, planearam a licenciatura do ISCTE? Nesse caso, não se trataria de visões irreconciliáveis, mas sim do reflexo de um saudável debate intradisciplinar, sem o qual nunca haverá progresso na disciplina. Pessoalmente inclino-me para aceitar esta segunda hipótese, até porque ela converge com a tendência presente no seio da antropologia a nível mundial, que é para um crescente abrir de fronteiras, um aumentar do diálogo. As barreiras das tradições nacionais tendem hoje a esbater-se.

Se presumirmos então que a minha opinião optimista é justificada, conclui-se que seria incorrecto "ler" a história da antropologia portuguesa do nosso século como um projecto nacionalista, autónomo e independente, do qual algumas figuras se teriam desviado por sofrerem de "estrangeirismos". Teríamos que interpretar a variedade de aproximações que presentemente caracteriza a antropologia em Portugal como correspondendo ao reflexo numa periferia cultural de debates que ocorrem entre as grandes tendências internacionais. Ora são precisamente estes debates que dão vida e interesse a qualquer campo disciplinar enquanto diálogo intelectual. Não nos esqueçamos que os grandes inovadores da antropologia em Portugal estavam todos (na altura em que inovaram) profundamente imersos em diálogos internacionais de ponta: Garret e Herculano na década de vinte; Oliveira Martins na de setenta; Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso e Teófilo Braga - como, aliás, todos os germanófilos que, no Porto, estiveram sujeitos à influência de Joaquina de Vasconcelos e Carolina Michaelis; Leite de Vasconcelos quando,

em 1901, terminou o seu doutoramento na Sorbonne; Jorge Dias quando, nos anos '50, descobriu a antropologia cultural americana; e José Cutileiro quando, no final dos anos sessenta, estudou em Oxford.

Chegamos então à altura de pôr a questão frontalmente: existirá hoje uma antropologia em Portugal? Isto é, à luz dos trabalhos que produzem os que hoje se descrevem por ela, a palavra "antropologia" tem algum significado definitivo? A resposta é positiva ou negativa consoante a noção que tivermos do que é uma disciplina científica. Se optarmos por uma definição de cariz positivista, em que uma disciplina tem uma área nitidamente definida da realidade que lhe é dedicada, uma metodologia que lhe é específica e um corpo teórico que lhe é inamovivelmente adstrito, então a resposta é negativa. Se, por outro lado, optarmos por uma definição de cariz historicista, então a resposta é positiva: existem antropólogos em Portugal, mesmo se não existir uma só antropologia. O famoso truismo de Leach - "a antropologia é o que fazem os antropólogos" - deve, na minha opinião, ser interpretado neste sentido. Tratar-se-ia de uma visão que, dentro do grande campo das ciências sociais, recusaria a existência de barreiras estanques entre disciplinas, preferindo falar menos de disciplina e mais de tradições disciplinares. Já Redfield, aliás, tinha argumentado neste sentido. Se adoptarmos essa visão teremos de abdicar da procura de um número limitado de características que definam a "antropologia". Podemos, porém, apontar para alguns aspectos que, sem serem características de todos os antropólogos, funcionam como pólos agregadores da diversidade dentro deste campo disciplinar latamente definido.

Presumindo então que uma categoria disciplinar pode ser politética, isto é, definida em cadeia e não a partir de fronteiras nítidas, encontraríamos seis tendências que, se bem que não estando presentes em todos os casos, parecem ser bastante representativas. A primeira, é claro, é a referência a toda uma genealogia científica que passa, entre outros, pelos grandes pioneiros que indiquei anteriormente - a apropriação de uma herança científica e académica. A segunda é a tendência que se vai verificando para abandonar definitivamente o projecto antropológico desanovecentista de uma ciência integrada de estudo do homem. A antropologia é hoje uma ciência social, isto é, estuda no homem aquelas características que lhe advêm do facto de ser social, (e, portanto, cultural) e não características estritamente biológicas ou outras.

Mas entre os cientistas sociais, os antropólogos tendem ainda a distinguir-se. Assim, a terceira característica é uma preocupação com processos de natureza cultural. Por outras palavras, o desejo de estudar os fenómenos sociais como integrados em processos de comunicação e de criação de significado. Daqui resulta a quarta tendência, a preferência por uma metodologia de trabalho de campo caracterizada por interesses predominantemente qualitativos e interpretativos e por um contacto dialogante com os informantes. Donde se retiram as duas tendências finais. Por um lado, a preferência pelo estudo de amostras sociais relativamente limitadas onde exista uma densa comunicação social; portanto, por grupos sociais que partilham de uma experiência de comunidade. Por outro lado, o estudo preferencial de objectos culturais de gestão espontânea ou mais

directamente ligada a representações colectivas tais como a literatura oral, as tecnologias artesanais, as festas e a religiosidade popular.

Assim definida a disciplina, torna-se possível falar sobre ela sem correremos o risco de marcar fronteiras artificiais. Ora a conclusão a que somos forçados a chegar é que, nos finais dos anos oitenta, a antropologia está em franco desenvolvimento em Portugal. Se este facto não é ainda suficientemente conhecido pelo público interessado, a culpa é toda nossa que não percebemos ainda que a união faz a força. Existem cursos em três instituições universitárias, a disciplina é leccionada no seio de vários outras licenciaturas, não há entraves à obtenção de mestrados e doutoramentos, abriram-se recentemente secções dedicadas à investigação nesta área em institutos de investigação, temos um grupo de jovens investigadores e docentes qualificados que produzem e publicam trabalhos de qualidade internacional e temos condições político-económicas excepcionalmente favoráveis ao desenvolvimento do trabalho científico.

II

Em seguida, farei algumas considerações sobre a conjuntura internacional, indicando alguns dos aspectos que me parecem ser de maior relevância para a antropologia portuguesa em particular. De um ponto de vista muito geral, os anos '80 têm sido marcados, para a antropologia como para tantas outras áreas do conhecimento, pelo espírito do pós-modernismo. Em particular, verificou-se uma crescente desilusão com as grandes teorias universalistas que tinham caracterizado a antropologia dos anos '70. Não significa isto que tivessem deixado de existir tendências e que as divisões ligadas a diferentes opções de natureza filosófica tivessem deixado de existir - pelo contrário. O zeitgeist, no entanto, não tem sido um de dogmatismos, de exclusividade, de fantasias teóricas megalómanas. A nossa década tem sido marcada por um espírito de maior aceitação mútua, maior inventividade, maior eclecticismo. O marxismo estruturalista, o estruturalismo, o materialismo antropológico americano, a antropologia semiológica à la Geertz, etc., continuam todos a ter os seus adeptos, deixaram, no entanto, de ser escolas, universos fechados. Dir-se-ia que os grandes mestres estão a acabar e que não vemos novos grandes mestres a formarem-se no horizonte. Como dizem os ingleses "good riddance".

Um fenómeno, porém, merece alguma atenção, até por não ser visível a quem não olhar atentamente: o aparecimento de uma nova consensualidade metodológica. Há uns anos atrás, cada um tinha a sua receita. Parecia até a muitos que o trabalho de campo tradicional terminaria - que a observação participante era uma quimera sem futuro, que seria substituída por novos métodos mais eficazes e tecnologicamente mais complexos. Mas não foi isso que aconteceu. Os jovens antropólogos estão hoje mais e mais interessados nas metodologias de trabalho de campo, nos problemas que elas levantam, nos condicionamentos do conhecimento a que dão azo - como, aliás, o prova a recente publicação de uma série de livros sobre esses temas. Voltamos a ouvir falar dos desenvolvimen-

tos metodológicos dos antropólogos dos anos '60: de análises de redes, de genealogias, da integração da investigação documental com a de campo.

Permitam-me agora que faça um pouco de futurologia e que tire três conclusões do que venho de dizer. Penso que o desenvolvimento da antropologia na próxima década será marcado pelo menos por estas características e que, em Portugal, devemos tomá-las em conta se queremos acompanhar os países menos periféricos.

Em primeiro lugar, a antropologia nos anos '70 e '80 assumiu responsabilidades teóricas que nunca mais abandonará. Isto é, existirá uma crescente comunicabilidade entre a teoria antropológica e a teoria geral das ciências sociais. Ou mais semântica, ou mais sociológica, a antropologia será sempre teoricamente responsável perante as ou-tras disciplinas das ciências sociais. Não podemos assumir essa divisão implícita do trabalho que deixa as grandes teorias nas mãos dos sociólogos. A carreira de pensadores como Pierre Bourdieu mostra bem esse movimento e é evidência de que se trata de algo que está para ficar.

Em segundo lugar, e conseqüentemente, verifica-se uma tendência para a interdisciplinaridade. Isto não quer dizer que deixe de haver antropologia como tal. Significa, no entanto, que a antropologia não existirá mais no universo teórica e metodologicamente fechado e que terá de estar em constante intercâmbio e interrelacionamento com as outras ciências sociais perante uma maior responsabilidade teórica. Daqui se retiram duas conclusões. Por um lado, a necessidade de nos impormos aos outros cientistas sociais como teoricamente responsáveis. Temos que acabar com aquela visão paternalista dos que, no seio de outras disciplinas, vêm os antropólogos como seres exóticos e teoricamente irresponsáveis, parecidos com os seres exóticos e moralmente desresponsabilizados que estudam. Por outro lado, a necessidade de sermos mais bem informados ao nível geral das ciências sociais para podermos responder a esse desafio.

Em terceiro lugar, o objecto de estudo da antropologia alterar-se-á mas num contexto de continuidade. E bem verdade que, por um lado, se acabaram as etnologias de salvamento e que, por outro, a oposição entre primitivo e não-primitivo deixou completamente de fazer significado. Os antropólogos já não são os cientistas que estudam povos primitivos. De facto, já tinham deixado de o ser nos anos que se sucederam à Segunda Grande Guerra, só que houve muito quem não o quisesse saber. A antropologia continuará, no entanto, a preocupar-se predominantemente com a diversidade social e cultural. Ora a diferença é relativa; conforme ela muda, mudam também os óculos com que a vemos. Nesse contexto, a "antropologia em casa" (*anthropology at home*, título daquele interessante livro editado por Anthony Jackson) assume uma nova importância. Temos que reaprender a ver a diferença. Que melhor sítio para o fazer que o contexto de maior semelhança aparente?

Acontece que, precisamente, estamos hoje a verificar na Europa uma tendência para um realinhar de posições que não deixa de ser do maior interesse. A diferença entre a antropologia social enraizada na experiência colonial e a tradição da etnologia, radicada na elaboração ideológica do nacionalismo burguês, está a dissipar-se em toda a parte. Os suecos, que têm tradicionalmente uma enorme divisão profissional entre os dois

campos, começam a sentir a sua artificialidade; os franceses procuram hoje uma saída para uma divisão que, já não reconhecem; em Espanha e Portugal a aproximação não é menos visível; e mesmo na Inglaterra, começa a desenvolver-se, e particularmente em torno do departamento de Antropologia de Manchester ou de figuras como o recentemente falecido Edwin Ardener, toda uma nova etnografia das Ilhas Britânicas que se concebe como parte integrante do impeto teórico da antropologia social. Em Paris, o Museu das Artes e Tradições Populares organizou em Novembro um congresso sobre a Antropologia Social e a Etnologia da França e em Oxford, os departamentos de Etnologia e de Antropologia Social, proverbiais inimigos, vão finalmente reunir-se no próximo ano lectivo.

Duas tendências, porém, me parecem estar presentes nesta situação. Em primeiro lugar, o enterrar definitivo da noção do primitivo. Em segundo lugar, uma profunda alteração na relação entre as várias escolas nacionais europeias. A visão nacionalista que ainda dominava a etnologia no período pós-Guerra é para nós hoje irrelevante. A escola mediterrânica inglesa difundiu antropólogos sociais pela Europa que hoje estão em posições de destaque na Holanda, na Itália, em Espanha, na Grécia e até em Portugal. Na França, a Bretanha e os Pirinéus em particular têm funcionado como pontes para o diálogo entre os ingleses e franceses. As estruturas da CEE cada vez integram mais as diferentes partes, criando contextos dentro dos quais os cientistas das periferias europeias podem passar a ser parte integrante de movimentos pan-europeus. Quando "nós" hoje fazemos a pergunta "Quem somos nós?" - que, segundo Ernesto Veiga de Oliveira dominava a obra de Adolfo Coelho e, segundo Orlando Ribeiro, era subjacente a tudo que Leite de Vasconcelos escreveu - quando fazemos essa pergunta, dizia eu, os "nós" já não são os mesmos. Hoje em dia o "nós" da pergunta não são os portugueses como para Adolfo Coelho, mas sim a humanidade e nós que fazemos a pergunta já não somos os portugueses mas os europeus. Acontece que para nós - antropólogos que trabalhamos num país da periferia europeia - a descoberta deste facto e a sua maximização são condições absolutas de sobrevivência.

III

Nesta linha, gostava de deixar aqui algumas considerações sobre a situação presente da antropologia em Portugal. Como já afirmei anteriormente, estou convencido de que, em termos gerais, podemos encontrar quatro grandes momentos de criatividade e renovação teórica e metodológica na tradição académica de que hoje somos herdeiros: o período romântico dos princípios do século passado; o período que acompanha a gestação da República, o trabalho de Jorge Dias nas décadas de '50 e '60; e o período que hoje vivemos. Diria ainda que, o que marcou cada um destes momentos foi um intenso diálogo com as correntes internacionais que, na época, dominavam o mundo científico a nível internacional. e, no entanto, cada um destes períodos em que se abriram portas,

criaram instituições, estabeleceram princípios, foi seguido por longos períodos de paralisia, isolamento em relação ao diálogo internacional e incapacidade de produção interna de jovens cientificamente inovadores. O diálogo com o mundo científico internacional fora interrompido ou reduzido a um mínimo.

A situação hoje em dia alterou-se muito, não temos já que lutar contra o isolacionismo ideológico que caracterizou o período salazarista. Mas penso que não nos podemos dar ao luxo de assumir uma posição comodista perante este problema. Num situação de periferia cultural como a nossa, a única chance de sobrevivência é não só a de nos integrarmos plenamente no diálogo internacional, como sobretudo a de o encorajar. Para as grandes metrópoles culturais o isolamento não existe, é para as periferias que ele se posiciona como um problema. A única força das periferias é a de poderem funcionar como mediadoras, como encorajadoras de diálogo. A antropologia portuguesa dos finais do nosso século pode ter um papel importante no contexto europeu se assumir essa sua vocação natural, por assim dizer. Pelo contrário, se não o fizer, cedo se deparará com o facto de que o discurso científico a ultrapassará e voltaremos a confrontar o fantasma do anacronismo teórico e metodológico que nos perseguiu durante a maior parte deste século.

Em 1969, Jorge Dias afirmava no seu prefácio à tradução de um texto introdutório de Míscha Titiev que era então inadmissível que estudantes das ciências antropológicas e etnológicas não soubessem ler inglês. Vinte anos mais tarde, sabem os nossos alunos ler inglês? E, no entanto, teria sido fácil e tão útil também, já que o inglês cada vez se torna mais uma língua franca internacional - não parecendo haver sinais de alguma inversão desta tendência.

Aliás, o papel de encorajador do diálogo internacional dentro da disciplina não é o único que pode estar reservado às periferias. Também o diálogo interdisciplinar é mais fácil e mais produtivo num contexto de menor escala como Portugal, onde os praticantes de diferentes disciplinas se encontram em maior contacto diário e onde os meios são mais facilmente partilhados. Para tal, porém, voltamos à necessidade acima indicada de dar aos nossos alunos sólidas bases teóricas nas ciências sociais sem o que a interdisciplinaridade não será mais do que um diálogo de surdos.

IV

À guisa de conclusão, gostava de deixar duas sugestões relativas ao desenvolvimento próximo futuro da antropologia em Portugal. Em primeiro lugar, não parece haver sinais de que a antropologia deixará de se preocupar com a diferença social e cultural. Assim, se bem que o papel da "antropologia em casa" é hoje da maior importância, não penso que nenhuma escola antropológica possa descorar o trabalho em outras áreas culturais. Ao fazê-lo, fechar-se-á sobre si própria e perderá a preocupação comparativa que continua a marcar a teorização antropológica. Os anos '70 e a primeira parte dos anos

'80 não foram propícios, por razões políticas, ao desenvolvimento do intercâmbio científico entre Portugal e os países europeus ou não-europeus com os quais tem tradições de relacionamento histórico. Espero que não seja optimismo excessivo prevêr que esta tendência se inverterá na próxima década. Quero deixar aqui, portanto, um voto para que os jovens antropólogos possam fazer trabalho de campo não só em Portugal mas também na Espanha, na França, no Brasil, na Índia e sobretudo nos países africanos de língua oficial portuguesa onde, para além de tudo o mais, podem deixar um contributo em termos de ensino que estes países sem dúvida aprenderão a apreciar.

Em segundo lugar, a antropologia em Portugal nos anos '80 esteve em expansão. Contratámos gente treinada no estrangeiro, e contratámos muitos jovens. Os próximos vinte ou trinta anos não verão um fenómeno desta ordem já que só então começarão os jovens dos anos '80 a passar à reforma. Duas breves conclusões se poderão retirar desta observação. Por um lado, a tendência a fechar portas, a não deixar entrar gente com ideias novas, a contratar só os alunos intelectualmente mais servís será cada vez maior e cada vez mais perigosa. Temos que começar a encorajar uma muito maior mobilidade profissional se queremos evitar esses fenómenos de enfeudamento que o nosso passado nos mostra serem tão destrutivos. Por outro lado, temos que procurar outras vias profissionais para os nossos alunos. Se bem que a bagagem com que sai da universidade um jovem antropólogo não lhe dê entrada automática em nenhuma profissão, ela permite-lhe, no entanto, fazer uma contribuição muito válida em muitas profissões. O nosso ensino tem que tomar em conta necessidade, temos de ensinar esse facto à sociedade. De outra forma corremos o risco de nos acontecer o que aconteceu noutros países europeus como a Inglaterra em que a própria utilidade social da antropologia foi posta em causa por espíritos pouco iluminados com efeito altamente destrutivos. Ora só a colaboração - mesmo entre aqueles cujas opiniões são diversas, cujas teorias e métodos entram em conflito - só a colaboração honesta num contexto de diálogo que se pretende que seja científico, só assim poderemos impôr um perfil profissional forte com que possamos responder ao desafio que a sociedade portuguesa hoje nos faz.